



## III ENCUESTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN ESTUDIOS DE GÉNERO

### **Representação e participação política: as mulheres no Congresso Nacional**

**Irllys Barreira**

**Danyelle Nilin Gonçalves**

O relativo silêncio<sup>1</sup> referente ao trabalho político de representantes mulheres, no Congresso nacional, não faz jus aos inúmeros discursos alusivos à necessidade de uma divisão mais equânime de participação feminina nos Poderes Legislativo e Executivo. O fato de as mulheres terem “chegado lá” parece ilustrar a finalização de uma trajetória fundamentada no esforço pessoal ou no empenho coletivo de movimentos sociais, coroando a chamada inclusão no campo político. No entanto, uma vez fazendo parte das atividades da “Casa do Povo”, como se efetiva o papel político das parlamentares?

Entender alguns aspectos do trabalho político de representantes, ao lado das estratégias e dimensões simbólicas de participação e representação no espaço do Congresso Nacional constitui o objetivo do presente artigo<sup>2</sup>. Interessa, portanto, refletir sobre as formas de sociabilidade, as estratégias discursivas e o cotidiano das representantes, na condição de quase-estrangeiras, no âmbito do poder legislativo. Nessa perspectiva, algumas questões ressaltam-se: Em que momento a categoria “bancada feminina” é acionada? É possível identificar alguma especificidade no trabalho político de representação das parlamentares capaz de induzir mudanças no campo político?

Refletir sobre o significado da presença de parlamentares mulheres no cenário político exige, de saída, um questionamento sobre eventuais predefinições analíticas. Suscita uma indagação sobre os termos da observação pretendida, supondo-se a improcedência de uma pesquisa que tomasse como referência a participação masculina na política.

[HOME](#)

[INSCRIPCIÓN](#)

[RESUMENES](#)

[PROGRAMA](#)

[HOTEL](#)

[CICLO DE CINE](#)

[PONENCIAS EN EXTENSO](#)

[HOJA DE REGISTRO](#)

[Traduzir](#)

Os riscos da abordagem do tema referem-se inicialmente ao enaltecimento compensatório de características “femininas”, consideradas imprescindíveis ao desempenho da política. As interpretações sobre a participação de mulheres na política podem padecer de uma espécie de “síndrome positiva da exclusão”, configurada pela tentativa de transformar o que é numericamente inferior em qualitativamente superior. Refiro-me aqui às alusões ao *poder feminino*, como encarnação da democracia, expressivas de versões idealizadas sobre um desempenho tido como potencial e naturalmente eficaz e transformador. As campanhas de candidatas-parlamentares, não raro, lançam mão de argumentos referentes a “qualidades femininas” tidas como essenciais a uma proposta de renovação do poder.

A escassez numérica adquire, no entanto, significação se a ela agregamos o fato de que o Congresso Nacional é um espaço com divisões internas de poder, alianças e coletivos vigentes em bancadas e comissões. Nessa dimensão interativa, adquire sentido um questionamento sobre a atuação estratégica de mulheres na representação e ocupação de cargos políticos. Supondo-se que a parcialidade faz parte de toda e qualquer investigação, torna-se salutar, em incursões sobre essa temática, como lembra Lagrave (1990), a tarefa de tomar por objeto o jogo e as articulações que comandam as estratégias dos agentes engajados no interior do espaço a ser investigado. Assim, os modos como as mulheres dão sentido e formulam explicações sobre as suas práticas, atuando em frentes parlamentares, ou em coletivos variados, no interior do campo político, direciona a metodologia aplicada na pesquisa.

Os argumentos arrolados ao longo do artigo almejam contribuir para o entendimento do Parlamento como um espaço plural, não restrito a dicotomias baseadas na diferenciação masculino/feminino, ao mesmo tempo em que incrementar observações sobre as formas simbólicas de elaboração e enunciação da participação política de mulheres representantes no Congresso Nacional<sup>4</sup>.

### Fazer pesquisa no Congresso Nacional

A pesquisa, realizada nos períodos de fevereiro a abril de 2006 e de fevereiro a junho de 2011, teve o propósito de entrevistar representantes deputadas federais de variadas inserções partidárias com mandatos em 2003-2006 e 2011-2015, incluindo também senadoras eleitas para o período 2003-2011. Nos dois momentos da pesquisa, o agendamento prévio garantia a possibilidade das entrevistas, algumas das quais remarcadas por conta das atividades permanentes de reunião das parlamentares e das viagens freqüentes.

Se a maior parte das entrevistas realizadas nos gabinetes foram longas e profundas, outras se aproximaram de depoimentos, colhidos nos intervalos entre reuniões<sup>5</sup>.

A perspectiva de incluir diferentes partidos e contemplar o universo de posições ideológicas guiou o plano da investigação, dando substância às informações obtidas. Em 2006 foram feitas nove entrevistas com deputadas federais, sete entrevistas com senadoras, duas entrevistas com assessoras parlamentares e uma entrevista com o presidente da mesa diretora da Câmara. Em 2011 foram realizadas 14 entrevistas com deputadas federais, sendo 09 com estreantes e 05 com parlamentares reeleitas. Em 2013 foram realizadas mais cinco entrevistas. Nos dois momentos, a ênfase recaiu sobre os seguintes quesitos: trajetória política, visões sobre o trabalho de representação no Congresso Nacional, participação em comissões, “bancada feminina” e rituais específicos à categoria. Observação da recepção dada às parlamentares pela Ong CFêmea por ocasião do início da legislatura, consultas ao *site* do Congresso, análise de documentos e relatórios referentes ao trabalho em comissões, assistência a plenárias, observação da exposição de fotos e instalação de espaços construídos para homenagear o ano

da mulher no Congresso, comemorado em 2004, contribuíram para o incremento da investigação. A pesquisa, de natureza mais qualitativa e de teor etnográfico, incorporou também à análise observações sobre rituais e livros biográficos afirmativos da presença de mulheres no espaço parlamentar.

Considerações teóricas acerca da natureza do trabalho político dão subsídios às reflexões sobre a atuação de representantes mulheres no Congresso Nacional.

### **O trabalho político**

Pensar a política como trabalho supõe considerá-la objeto de investimentos referentes à produção e difusão de crenças, aprendizagens e estratégias visando diferentes formas de reconhecimento no tempo e no espaço. Se a construção da representação supõe um momento de delegação de poderes, explicitado por ocasião da campanha eleitoral, o trabalho político desenvolvido no Parlamento e Senado dá seqüência a esse processo. Além das tarefas convencionais de representantes, destaca-se a revalidação de um capital político, cujo investimento é fruto de um esforço constante, necessário para acumular créditos (Bourdieu, 1989, p. 189).

O sentido da vocação, pensada por Weber<sup>5</sup>, para marcar a natureza da atividade de representação política, chama atenção para a especialidade do profissional cujo ofício demanda dedicação e busca de reconhecimento. Trata-se da importância específica de agentes dotados de uma preparação especial por meio da aquisição de saberes peculiares, entre os quais, o domínio de uma retórica política. Além da legalidade, a legitimidade constitui requisito fundamental para o desempenho do trabalho político.

A diversidade do trabalho parlamentar pressupõe também a idéia do campo político como um espaço plural, conforme pensou Bourdieu (1989), considerando sua dinâmica relacional permanente, que ora faz emergir formas peculiares de apresentação e participação de representantes, ora torna esse recorte sem sentido evidente. Pesquisas sobre os interesses ligados a mulheres como referentes fundamentais da pauta política de candidatas também interferem na forma de instituição de alianças e divisões no espaço parlamentar (Tremblay et Garneau, 1997; Avelar, 2001; Miguel, 2001).

Observar o campo político sob a óptica de um recorte de gênero, diferente do modo como ordinariamente são pensadas as práticas parlamentares, referenciada nos partidos políticos, não supõe ignorar os fatores ideológicos ou a “guerra de posições” comuns a todos os profissionais no exercício de seus mandatos. É importante também considerar a pluralidade de perfis ideológicos de representantes. As parlamentares pesquisadas, além de possuírem experiências variadas de constituição de um capital político, construído com base em distintas trajetórias, partilham de visões diferentes sobre o espaço no qual atuam.

As divisões a partir das quais se pensa normalmente o campo político, tais como direita, esquerda e centro, podem adquirir outras complexidades quando se vislumbra o modo como se instituem identidades em torno de projetos e lutas simbólicas em busca de legitimação. As frentes parlamentares, as alianças voltadas para interesses específicos (direitos à saúde, trabalho e proteção social, por exemplo), a participação em comissões, coletivos especiais formados a partir de questões comuns e os rituais que objetivam ampliar e valorizar a presença

de mulheres constituem importantes vias de observação das dinâmicas interativas que se efetivam no Congresso Nacional.

O trabalho político desenvolvido no Congresso Nacional implica a existência de uma multiplicidade de ações coordenadas que extrapolam o âmbito interno da instituição. Os gabinetes instalados no Congresso, aqueles situados nos estados de origem das representantes, as atividades nas comissões, as reuniões e as plenárias sintetizam as redes funcionais de atividade política, variáveis e condizentes com diferentes formas de atuação e representação.

As ausências temporárias de parlamentares são justificadas pelos chefes de gabinete por conta da "necessidade urgente de resolver questões" nos estados representados, efetivando trânsitos entre o *lá* e o *cá* e viabilizando o contato com as "bases". Em várias ocasiões, as representantes faziam alusão às atividades domésticas, sobretudo as referentes à educação dos filhos realçando a singularidade dessa função suplementar:

"Eu vejo as deputadas administrando a casa por telefone, dando ordem para os filhos. Eu nunca vi um deputado fazendo isso. Acho que o homem veste o paletó e vem para cá e não se preocupa com o que está acontecendo lá. Algumas mulheres trazem o filho para morar aqui". (Deputada Iara Bernardi, 2003/2006, PT- São Paulo).

"Eu vou e volto toda semana, a família está no Rio. E também é importante que você estabeleça permanentemente o contato com o seu estado que é o que te elege e precisa saber o que você está fazendo. Então usamos bem a internet. Eu vejo que os homens se movimentam, as mulheres se movimentam, agora eu não tenho dúvidas de que o preço pessoal a pagar nosso é muito mais elevado. Eu tenho um filho de quatro anos e uma filha de treze. Eu fiz a campanha amamentando. Eu não fazia debates à noite porque tinha que botar ele para dormir no peito. Não saia de manhã antes da sete para deixar ele acordar e mamar. Quando ia para o interior levava berço, bolsa e babá". (Deputada Jandira Feghali, 2003/2006; 2011/2015, PC do B- Rio de Janeiro).

A política é percebida como uma missão que justifica a ausência, pelo menos temporária, das funções familiares, sendo a ocupação dos cargos considerada uma "conquista" e "sacrifício". Muito embora a dimensão de sacrifício seja um argumento encontrado em políticos do sexo masculino, as funções referentes à maternidade e ao desempenho de tarefas domésticas, freqüentemente mencionadas nas falas das parlamentares, operam como elemento diferencial.

De modo geral, as tarefas parlamentares supõem uma concentração de atividades executadas em três dias. As comissões, os acertos de bastidores e a apresentação pública nas plenárias instituem um conjunto de ações que caracterizam o trabalho político-partidário. Nele apresenta-se a idéia de jogo - as alianças, os investimentos por aprovação de emendas, a visibilidade nas plenárias, enfim o modo como cada parlamentar se posiciona nesse espaço de afirmação de identidades e disputa pela legitimidade, dentro e fora do campo político. Nessa perspectiva, é possível pensar que o processo de representação constitui um trabalho que ultrapassa o cotidiano das tarefas parlamentares, na medida em que supõe a reiteração de posições e estratégias variadas de apresentação que incidem sobre o mandato realizado no congresso. No caso das parlamentares mulheres o esforço de reconhecimento e a inserção em diferentes espaços coletivos (partidos, bancada, comissões) delimitam crenças e sentidos de representação que serão discutidos ao longo deste artigo.

A afirmação da presença de mulheres é significativa de uma ausência historicamente construída. A longa restrição feita à participação política de mulheres supunha a supremacia do papel doméstico sobre os demais. Essa divisão do trabalho, não explicitada em nenhum documento oficial, naturalizava uma interdição de mulheres no âmbito das funções políticas (Bailey, 1971).

Se ao longo do tempo, tais interdições se tornaram inócuas, em razão da participação cada vez maior das mulheres nas atividades públicas, tal fato não eliminou a vigência de discursos justificadores ou denegadores da presença feminina. De fato, as mulheres não entram na vida política de forma silenciosa. Ao contrário, a elaboração de símbolos e estratégias discursivas ritualizam essa entrada, comemorando a capacidade pioneira de “romper barreiras” e enfatizando “talentos” para o exercício do cargo.

Tudo se passa como se fosse necessário as representantes políticas portarem um capital simbólico suplementar: o passaporte de ruptura. Em várias entrevistas, feitas com parlamentares, as “dificuldades de ingresso na política” eram seguidas de informações sobre a “superação de obstáculos” - a transposição meritória de uma etapa. A percepção não é fora de propósito, considerando-se que em 2006, no universo de quinhentos e treze deputados, somente quarenta e sete eram mulheres; em 2011, no mesmo universo, quarenta e nove são mulheres, sendo quarenta e sete titulares e duas suplentes. No Senado, em 2006, do conjunto de oitenta e um senadores, apenas dez eram representantes do sexo feminino. Em 2011, esse número permaneceu igual.

O exercício do papel político é compreendido entre os parlamentares como espécie de síntese de práticas dotadas de uma contabilidade relacional entre dever e satisfação. “Ajudar a gestão municipal”, “mudar a sociedade”, “lutar contra a ditadura” são algumas das motivações apresentadas pelas parlamentares para se dedicar à vida política. O sentido de coerência na opção pela política faz com que esta seja vista como “missão”, ou melhor, consequência de investimentos, que supõem uma doação – o posicionamento acima de interesses pessoais. Em representantes oriundas de movimentos sociais, ou defensoras de causas partidárias, esse sentimento é particularmente realçado. A pertença a um ambiente politizado fortalece, ainda, a idéia de opção parlamentar: “Eu sou um ser político por natureza, venho de uma família que nunca teve ninguém que tenha ocupado um cargo político eletivo, mas era um povo muito politizado”. (Senadora Fátima Cleide, PT, Rondônia).

Do ponto de vista da formulação de um projeto, a participação política institucional nem sempre é vista como algo planejado ou desejado desde o início, emergindo, às vezes, como situação casual ou *imposição* dos movimentos<sup>7</sup> e partidos, tal como pode ser percebido nos depoimentos:

“Eu me recusei a ser candidata em vários momentos... foi preciso muita insistência para eu ser candidata”. (Senadora Ana Júlia, 2003/2011, PT -Pará).

“A minha maior ousadia era ser presidente do sindicato. Eu não queria nem ser vereadora, mas saí do encontro como secretária de formação política do PT como candidata ao Senado. Aí eu tomei uma decisão para a minha vida. A partir de agora eu vou assumir os meus caminhos [...] meu slogan era: *para o Senado avisa lá que eu vou*”. (Senadora Fátima Cleide, 2003/2011, PT - Rondônia).

“[...] O partido me consultou sobre a possibilidade de eu ser candidata a deputada estadual e devolver a legenda à Assembléia depois de quarenta anos de ilegalidade. Eu confesso que fiquei com muito conflito porque eu sabia que essa opção poderia me retirar da prática médica que eu sempre gostei muito, mas às vezes não tem muita volta. Quando você entra na luta parlamentar é mais difícil de retornar”. (Deputada Jandira Feghali, 2003/2006; 2011/2015, PC do B - Rio de Janeiro).

“Eu já era presidente estadual do PCdo B aí depois veio o convite para eu ser candidata à Deputada Federal. Deus me livre! Eu chorei desesperadamente porque eu nem queria conversa com isso, eu já tinha meu segundo filho e ele estava mamando. Para mim aquilo foi muito forte”. (Deputada Perpétua Almeida, 2003/2006; 2007/2011; 2011/2015, PC do B - Acre).

A ocupação de cargos políticos é vista também como um “caminho de lutas”. Mesmo que as representantes possuam formas diversas de constituição de capital simbólico, a entrada no Congresso supõe uma “nova etapa”, tornando necessário o equilíbrio entre a vida pessoal, desempenho e reconhecimento do cargo ocupado.

Outras especificidades referentes à participação de mulheres no Congresso Nacional emergem no plano das retóricas. O uso da palavra, a linguagem formal, o “dom da oratória” contribuem na formação de perfis políticos. É nesse contexto que algumas mulheres passam a ter lugar de destaque, notabilizando-se pela defesa de princípios ou direitos sociais. O “lugar da tribuna”, o espaço menos visível das negociações e as diretrizes partidárias incidem sobre as dinâmicas efetivadas no cotidiano institucional. Atribuições instituídas sobre a existência de parlamentares “combatentes”, “engajadas” e “corajosas” povoam as imagens propagadas no âmbito interno das instituições representativas e nos meios e comunicação de massa.

Na última década o número de senadoras, embora ainda reduzido, vem crescendo. Em 2003, tomaram posse 10 mulheres, enquanto que na legislatura anterior só havia quatro representantes do sexo feminino no Senado. Em relação à legislatura atual, esse aumento quase não se fez sentir (apenas uma senadora a mais do que em 2003).

As formas de inserção das deputadas e senadoras nos cargos de representação política têm por substrato diferentes construções não excludentes de capital político e capital simbólico.

Verifica-se que a influência familiar e a participação em movimentos sociais constituem condições relevantes para a conquista de mandatos. Mulheres apoiadas por sindicatos, defensoras de interesses feministas ou atuantes em partidos políticos atestam a importância de se pensar na elaboração de carreiras políticas mediante formas visíveis de atuação no espaço público. A influência familiar<sup>8</sup> também contribui para a ocupação de cargos legislativos (esposas ou filhas de políticos), ocorrendo também em combinação com a participação em movimentos sociais variados e em secretarias de governo. A ocupação de cargos políticos das senadoras aponta especificidades interessantes sobre as formas de inserção de representantes no Congresso Nacional. Nesse caso, supõe uma trajetória anterior, geralmente constituída com base em cargos estaduais executivos ou legislativos anteriores<sup>9</sup>.

Algumas senadoras alcançaram o cargo de representação no Congresso sem passar pela condição de deputada federal, sendo as funções de deputada estadual, vice-prefeita e

governadora espécies de etapas eletivas, experimentadas antes da ocupação de funções no Senado.

A participação de representantes eleitas por partidos de esquerda atesta a inclusão de variadas formas de construção de capital político referenciadas, principalmente, na atuação em movimentos sociais e sindicatos. A luta simbólica pelo reconhecimento, no entanto, supõe que a elaboração de legitimidade não para no momento da eleição. O trabalho político que se efetiva no cotidiano parlamentar constitui, na realidade, algo permanente.

De maneira geral, o trabalho das representantes no Congresso Nacional não se distingue das atividades de qualquer parlamentar. Singulariza-se, no entanto, pela diferenciação hierárquica, considerando-se a existência de monopólios masculinos, construídos ao longo do tempo: presidência da mesa diretora<sup>10</sup>, participação hegemônica em comissões e desempenho no cargo de liderança partidária. Nessas funções a presença feminina é escassa, atestando uma espécie de divisão do trabalho por gênero. O empenho das mulheres, na defesa de causas consideradas típicas do espaço feminino, tais como legalização do aborto, violência contra a mulher, exploração sexual, minorias, política de cotas e violência doméstica, sugere também a repartição de funções por gênero no âmbito do trabalho parlamentar. Trata-se de uma diferenciação não legalizada, mas incorporada como espécie de *habitus* vigente no cotidiano parlamentar.

### **Representação e reconhecimento**

O tema da representação política está presente no pensamento clássico, sendo objeto de definições e resignificações. Desde o momento em que se estabelece o fenômeno da delegação de poderes, as querelas referentes à legitimidade - incluindo justiça, lealdade ou os princípios que regulam os sistemas políticos - afloram com nitidez. Da perspectiva filosófica, a vinculação entre representação e liberdade respalda o tema já discutido por Rousseau (1964) a respeito da capacidade que tem o povo de permanecer livre depois que elege seus representantes. Essa indagação é retomada por Sartori (1962) ao analisar o dilema da representação: ela deve estar fundada em um grupo de referência ou o candidato representa a nação em seu conjunto?

A problemática da representação é também evidenciada na forma como se efetiva a participação de mulheres nos espaços de poder. As representantes expressam um conjunto amplo de interesses, ou devem priorizar projetos concernentes a causas específicas de mulheres?

A assertiva de que nos sentimos representados por quem pertence à nossa matriz de origem encontra grande validade na situação aqui analisada. No âmbito dessa reflexão emerge a idéia de representação descritiva que supõe a semelhança ou correspondência entre representante e representado (Pitkin, 1985). Defender causas específicas das mulheres torna-se, no sentido da representação descritiva, uma virtude essencial do corpo representativo da política.

Em princípio, a postulação de idéias universais acima de prerrogativas individuais faz parte da simbologia da representação política. Não seria exagerado asseverar que os pronunciamentos sobre o trabalho político operam em uma espécie de passagem complexa entre o "eu" e o "nós". Tomando-se como referência as peculiaridades da retórica das parlamentares é possível perceber, nas entrevistas, que o emprego de pronomes plurais ou os substantivos coletivos

reiteram a idéia de engajamento e trabalho conjunto, opondo-se ao uso do “eu”, percebido como prepotente e individualmente interessado. No caso das parlamentares, o uso do pronome “nós”, tanto se refere à alusão a uma categoria (*nós mulheres*), como à evocação ao movimento ou partido. O uso do “eu”, “a gente” e “nós” está também presente em uma mesma frase, delimitando os espaços plurais e mutantes da representação política. As mulheres consideradas combatentes, freqüentemente evocam o “nós” para se referirem ao caráter coletivo de seus propósitos ideológicos, partidários ou suprapartidários, a exemplo do coletivo *bancada feminina*.

Se o exercício de uma atuação política, já de saída, é portador de símbolos ou emblemas que têm por objetivo estabelecer uma legitimidade, as mulheres representantes entram na arena com o déficit histórico de credibilidade, ensejando a busca de reconhecimento. Ao invés de comparecerem apenas com a força das disposições partidárias ou dos atributos pessoais, entram no cenário político com o estatuto de gênero: uma representante política é alguém que deve ser submetida à prova da competência, da capacidade de exercitar bem o seu mandato. “Porque eu acho que nós mulheres temos de fazer muito mais e melhor do que os homens para sermos **reconhecidas**. Nós temos que ser mulher-maravilha, enquanto o homem faz uma atividade e é **reconhecida**, sai no jornal”. (Senadora Patrícia Saboya, 2003/2011, PPS - Ceará)

Ora, se o raciocínio pode ser extensivo a todas as categorias excluídas que se põem a tarefa de “representar o coletivo”, como é o caso de porta-vozes de “minorias” no poder, as mulheres trazem como suporte uma “identidade de gênero”, fruto de atribuições herdadas historicamente e mais ou menos incorporadas por suas protagonistas que interferem sobre o estatuto da representação.

O exame sobre o desempenho de representação ou mandato não é feito geralmente a partir de uma pergunta dirigida pessoalmente às representantes e sim ao gênero do qual ela faz parte: têm as mulheres condição de exercer cargos políticos? A indagação supõe que as mulheres, além das atividades de representação, são espécies de estreatantes de uma prática que funcionará como medida de eficácia extensiva ao conjunto de pares.

“É um momento que se coloca para nós essa vontade porque quando a Dilma diz que mulher pode, ela pode. Pode mais e nós temos que afirmar para que se crie essa coragem, nós somos sobreviventes da guerra. (Deputada Luci Choinack, 2003/2007; 2011/2015, PT – Santa Catarina).

A participação de mulheres no campo político enseja também a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligados à moral, à ética ou a valores considerados naturais, tais como “sensibilidade” e “sinceridade”, entre outros. Existe, portanto, um discurso baseado na especificidade, utilizado como forma de diferenciação e reconhecimento políticos, tal como pode ser visto na fala da então Senadora Serys Slhessarenko: “As mulheres tem uma sensibilidade maior à realidade e as suas dificilmente perceptíveis nuances e sutilezas”. (*Senadoras, dados biográficos*, 2004).

Algumas características podem ser identificadas no âmbito de atribuições valorativas concernentes a parlamentares do sexo feminino. Em primeiro lugar, a perspectiva da percepção da mulher como signatária de valores universais, fato que a tornaria potencialmente diferente dos demais no campo da política. A segunda ordem a considerar pensa a inexperiência das mulheres como qualidade positiva, porque fora das práticas tradicionais e espúrias de poder.



Trata-se de um atributo que tende a perder validade à medida que um número maior de mulheres passa a integrar o campo político.

Talvez não seja exagero afirmar que, quanto mais os setores sociais sentem-se distanciados dos planos decisórios, tanto mais restringem a esfera da representação a grupos de referência. Esse é um dos problemas das candidaturas femininas que se afirmam com base em um espaço de identidade, em oposição à representação masculina, necessitando, entretanto, ampliar seu raio de ação a outras esferas sociais para realizar, de fato, mudanças sociais e políticas.

Miguel (2001), discutindo os dilemas da representação de mulheres no poder, critica o campo essencialista de abordagens que atribuem às mulheres a tarefa de cuidar dos outros. A condição de agente de uma “política de desvelo” contrapõe-se à proposta de que as mulheres são melhores advogadas de seus interesses próprios. O autor argumenta que a afirmação da diferença moral entre homens e mulheres como base de reivindicação da representação político partidária é dificilmente sustentável. O que está em jogo é saber se as características da representação devem estar presentes no representado ou prevalece o argumento liberal da representação, baseado em interesses gerais. O estatuto afirmador da diferença torna-se mais evidente, considerando-se o fato de que a elite não tem identidade com os excluídos, tornando sob suspeita a defesa de interesses gerais.

No âmbito da explicitação de sensibilidades as mulheres são vistas como porta-vozes de segmentos que são vítimas de algum tipo de discriminação. Na condição de defensora dos oprimidos, as representantes trariam a autenticidade do sentimento de exclusão partilhado, obtendo credibilidade para a participação em comissões e políticas de caráter afirmativo. Destaca-se, nesse sentido, a instituição de identidades baseadas em princípios não só partidários, mas também valorativos que podem incluir recortes referentes ao gênero<sup>11</sup>.

Se as instituições materializam a cadeia de ações políticas que se explicita em leis, projetos e diferentes práticas sociais, concepções de mundo, noções de honra e dignidade vão atuar nesses espaços como subsídio para tomada de decisões<sup>14</sup>. Discussões sobre desigualdades sociais e suas estratégias de correção, reflexões sobre as diferentes maneiras de encarar o mundo público e privado vão estar aí presentes, conferindo importância a indagação sobre o efeito da entrada de mulheres no campo político. Nesse sentido Lúcia Avelar argumenta que os assuntos que as mulheres apresentam para a pauta política são diferentes dos propostos por homens, fazendo parte da mudança de concepção da representação política. Segundo sua percepção, a existência de uma consciência feminista determina a singularidade da atuação política da mulher, reforçando a emergência de novos temas expressivos de diferentes grupos de interesse não contemplados na lógica dos direitos universais. “A idéia é a de que precisa *narrar* para *existir*, ou é preciso *representar, defender*, para adquirir *existência*” (Avelar, 2001, p.132).

Reiterando o estatuto da singularidade do trabalho político de mulheres, Tremblay e Garneau (1997) analisam a “desmasculinização” do estilo parlamentar em pesquisa realizada no Québec e Canadá, observando o efeito da conduta de representantes sobre a transformação de uma cultura política. Nessa perspectiva, a presença de mulheres contribuiria não só para a defesa de interesses específicos, mas para a própria modificação do espaço simbólico da política.

A reflexão sobre as potenciais mudanças no universo da política evocam o pensamento de Honneth sobre a temática das lutas pelo reconhecimento que se encontram inseparáveis de uma gramática moral<sup>12</sup>. Argumenta o autor, que a ênfase analítica nos interesses corporativos como móvel exclusivo de mobilizações coletivas pode obstruir o olhar para o significado social

dos sentimentos morais e das regras de consenso normativo vigentes em determinadas culturas. A desprivatização de experiências permite, portanto, transformar a desagregação em “luta coletiva por reconhecimento” (Honnnet, 2003, p. 259), tirando os indivíduos da situação paralisante de rebaixamento.

Apoiando-me nessa reflexão penso ser possível afirmar que as lutas simbólicas pelo reconhecimento vivenciadas pelas representantes políticas movem-se em um espaço complexo de afirmação de singularidades e defesa de supostos culturais mais amplos. De fato, a pesquisa que realizei no Congresso Nacional demonstra que o engajamento de parlamentares em causas consideradas sem implicação direta nos princípios partidários, a exemplo da luta contra a violência sexual e discriminação de categorias sociais, tem obtido adesão de representantes homens interessados em mudar a sua imagem política associada, freqüentemente a posturas tradicionais características de seu partido. Várias depoentes afirmaram haver conseguido adesão de políticos, por meio de assinaturas, para causas como violência contra mulheres, homossexuais e outros pleitos genéricos que não tinham implicações diretamente partidárias.

Sobre uma unidade de gênero, configurada em um plano independente das injunções partidárias, destacam-se também atividades específicas dirigidas a mulheres, com apoio ou liderança de parlamentares do sexo masculino. O autor da lei referente ao ano da mulher, Dep. Maurício Rabelo no decurso das atividades, enfatizou o “valor da mulher brasileira e a necessidade de políticas de valorização da mulher no cenário nacional”. A construção de frentes supra-partidárias, a exemplo da bancada feminina, chama a atenção para um coletivo também estratégico, acionado em situações variadas e ritualizadas, afirmando singularidades e potencializando novas pautas políticas, não necessariamente isentas da reprodução de estigmas.

Antes, no entanto, da identificação uma “forma feminina de atuar na política” é importante refletir sobre o modo como certas visões de mundo incidem sobre o trabalho político das parlamentares e como estas pontuam valores gerais ou específicos que afirmam o estatuto da representação e do reconhecimento.

1 O discurso caloroso referente à necessidade de um incremento de mulheres nos espaços de poder, como pontuam Manon Tremblay e Edith Geaneau (1997), cedeu lugar a uma reflexão que se faz desde 1970, sobre a experiência de mulheres na cena política.

2A pesquisa que dá suporte ao artigo foi realizada em 2005/2006, com financiamento do CNPq, no período referente aos últimos mandatos de deputadas e senadoras, incluindo também os dois anos iniciais de legislatura. Na perspectiva de sistematização dos dados, foram priorizados os seguintes pontos: perfil social das mulheres representantes, filiação partidária, trajetória política, envolvimento em projetos, propostas e comissões, percepções sobre o trabalho político e sentidos de pertença. Gostaria de registrar a participação valiosa de Danyelle Nilin Gonçalves, à época aluna do doutorado em sociologia na UFC e Genílria Rios, socióloga e bolsista de apoio técnico do CNPq. O trabalho de agendamento e elaboração de entrevistas, assim como, a coleta de documentos, foram fundamentais para o bom andamento da investigação.

3 Os pressupostos teóricos da investigação circunscrevem-se a incursões temáticas desenvolvidas anteriormente pelo Núcleo de Antropologia da Política (NUAP/PRONEX) em torno do registro de experiências etnográficas sobre a esfera da política e as questões por ela suscitadas. Sobre a participação de mulheres no universo da representação política. (ver Barreira, 1993; 2001).

4 Em 2006 o “clima político” oriundo das Comissões Parlamentares de Inquérito, efetivadas por conta da denúncia contra o “mensalão” deu origem a uma série de reuniões interpartidárias, modificando a disponibilidade de tempo das entrevistas agendadas.

5 A obra *A política como vocação*, de Max Weber analisa os supostos que definem a ética do profissional da representação disposto a viver da política e viver para a política (Weber, 1968).

6 A idéia de representação como trabalho político é desenvolvida no artigo de Maresca (1981) baseado na análise de dirigentes agrícolas. O objeto de investigação, embora diferenciado da pesquisa sobre mulheres parlamentares, inspira a idéia de representação política como investimento e construção de crenças coletivas por parte de lideranças tendo em vista o reconhecimento dentro e fora do grupo de referência.

7 A pesquisa feita por Céli Pinto sobre o perfil de vereadoras em Porto Alegre demonstra que parte significativa das mulheres que ingressam na política necessitam estar originalmente ligadas aos movimentos sociais, ou ir até eles buscar recursos para construir suas potenciais candidaturas" (1998, p. 146).

8 A articulação entre papéis sociais e cargos políticos pode ser configurada em modelos, tal como observou Blay (1990), verificando os perfis de mulheres prefeitas. A autora constata, através de pesquisa baseada na participação da mulher em prefeituras de cidades interioranas na década de 1970, que as representantes executivas correspondem a uma opção política fundamentada em herança familiar, incluindo fidelidade a facções de grupos políticos locais, apontando também uma socialização política acrescida de um desempenho profissional capaz de acionar um capital simbólico baseado na "popularidade". O reconhecimento de méritos pessoais designa a característica da prefeita indicada como representante por "conta própria", expressiva de uma autonomia hoje defendida por parte significativa das postulantes a cargos de representação.

9 Pesquisas sobre a reprodução de cargos no âmbito legislativo revelam a experiência política parlamentar, tendo em conta os padrões de recrutamento na escolha dos postos de presidência, lideranças e presidência de comissões. Com base nessa constatação, é possível supor que estratégias de defesa institucional podem reproduzir a escolha de representantes do sexo masculino (Marengo dos Santos, 2001).

10 Em 2011, pela primeira vez, foi eleita uma mulher para o cargo de vice-presidente da Câmara Federal. A deputada Rose de Freitas é uma parlamentar veterana, já estando no seu 6º mandato. O Senado também seguiu a mesma direção: a senadora Marta Suplicy foi eleita vice-presidente, em um mandato a ser dividido com o companheiro de partido, Senador José Pimentel. Embora seja estreante no Senado, Marta Suplicy já foi deputada federal, prefeita da cidade de São Paulo e ministra do Turismo.

11 Em pesquisa sobre a identidade política de Luíza Erundina, eleita prefeita de São Paulo em 1988, Penna (1992) constata a explicitação de qualidades pessoais, negativas ou positivas, que terminam se sobrepondo à função de representante de partido. A autora constata a existência de uma dualidade de valores a que se vê submetida a mulher na carreira política. A um só tempo, cobra-se da representante, um modelo feminino calcado na fragilidade e atribuem-se à sua função política qualidades, consideradas atípicas na mulher como energia e determinação.

12 Ver Teixeira Carla, 1998.

13 Honneth (2003), considera as lutas pelo reconhecimento referenciadas no amor, direito e estima indissociáveis da força moral. Recorrendo a conhecimentos da psicologia, antropologia e sociologia considera os conflitos inseridos não só na distribuição de bens materiais, mas na luta pela dignidade humana que implica reconhecimento da diversidade e valorização das multiplicidades culturais.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Clara. As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa. *Revista Dados*, vol. 44 número 1, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.

AUSTIN, J.L. *Quando Dizer é Fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. UNESP/Konrad Adenauer Stiftung: São Paulo, 2001.

BARREIRA, Irllys Alencar F. Ideologia e Gênero na Política: estratégias de identificação em torno de uma experiência. *Revista Dados*, vol. 3, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1993.

\_\_\_\_\_. Ritualisations du féminin lors d'une campagne électorale au Brésil. In : *Anthropologie et Sociétés* (Politique, réflexivité, psychanalyse), vol. 25, número 3, Québec : Laval, 2001.

BAYLEY, F. G. *Les Regles du Jeu Politique*. Paris : Presses Universitaires de France, 1971.

BLAY, Eva. *As Prefeitas, a Participação Política da Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. *Razões Práticas*. São Paulo: Papirus, 1997.

COLLOVALD, Annie. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol 73, Paris : Éditions de Minuit, 1988.

COSTA, Solheid Maria Cecília da. *Os caminhos da casa*. Rio de Janeiro: PPGAS, 1980.

GOFFMAN, Erving. *Façons de parler*. Paris : Les éditions de Minuit, 1987.

HONNETH, Axel (2003), *luta por reconhecimento*, a gramática moral dos conflitos sociais, São Paulo, ed. 34

LAGRAVE, Rose Marie. Recherches Féministes ou Recherches sur les Femmes?. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 83, Paris :Editions de Minuit, 1990.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 33, ano 12, São Paulo: ANPOCS, 2001.

MARESCA, Sylvain. La représentation de la paysannerie. Remarques ethnographiques sur le travail de représentation des dirigeants agricoles. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 38, Paris: Éditions de Minuit, 1981.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naifay, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. "Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e singularidade feminina". *Revista de estudos feministas*, 1/, São Paulo, 2001.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais e o "escândalo" Erundina*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

PINTO, Céli Jardim. Afinal, o que querem as mulheres na política? (candidatas à Câmara Municipal em porto Alegre). In: BARREIRA Irllys e PALMEIRA Moacir. *Candidatos e candidaturas*, enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

PITKIN, Hanna Fenichel. *El concepto de representacion*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Du contrat social; ouvres completes*. Paris: Pleiade/Gallimard, 1964.

SARTORI, Giovanni. A teoria das representações no Estado representativo moderno. Trad. Ernesta Gaetani e Rosa Gaetani. Belo Horizonte: Edições da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Faculdade de Direito da UFMG, 1962.

TEIXEIRA, Carla. *A Honra na Política*. São Paulo: Relume Dumará, 1998.

SENADO FEDERAL. *Senadoras, dados biográficos*. Brasília, Subsecretaria do Arquivo, 2004.

TREMBLAY Manon; GARNEAU Edith. Femmes et Representation Politique au Québec et au Canadá In: TREMBLAY Manon et ANDREW Caroline (orgs). *Montreal (Quebec)*: les éditions du remue-Ménage, 1997.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.